



**Rotatividade da mão de obra e
informalidade na economia brasileira
(2023 – 2025)**



11 3251.0669
11 3253.1864



institucional@cebrasse.org.br
www.cebrasse.org.br



Rua Baronesa de Bela Vista, 411
Vila Congonhas, conj. 304 e 305
São Paulo - SP - CEP 04612-001

Introdução

A rotatividade da mão de obra e a elevada informalidade no emprego são fenômenos estruturais do mercado de trabalho brasileiro, com impactos relevantes sobre a qualidade do emprego, a produtividade e a arrecadação tributária. Acompanhar a evolução desses fenômenos contribui para identificar dinâmicas de instabilidade e fragilidade nas relações laborais, subsidiando, assim, a formulação de políticas públicas voltadas à formalização e à melhoria das condições de trabalho.

A rotatividade da mão de obra varia significativamente entre as atividades econômicas, influenciada por diferentes fatores: o grau de qualificação exigido, condições de trabalho, perspectivas de carreira, nível de remuneração, instabilidade econômica, gestão de pessoas, investimentos em treinamento, concorrência no mercado de trabalho e mudanças tecnológicas.

Esta nota analisa a evolução da rotatividade da mão de obra e da informalidade na economia brasileira entre o 1º quadrimestre de 2023 e o 1º quadrimestre de 2025, com o objetivo de ajudar a compreender a relação entre esses dois fenômenos.

Rotatividade da mão de obra e informalidade

A tabela 1 mostra que a rotatividade da mão de obra formal teve aumento de 8,7% entre o 1º quadrimestre de 2023 e o 1º quadrimestre de 2025. A exceção foi o agregado da Agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que teve queda de 2,5%. Ocorreram altas na Indústria geral (10,4%), na Construção (3,8%), no Comércio e reparação de veículos (10,7%) e nos Serviços (9,4%).



Tabela 1 – Evolução da rotatividade da mão de obra em atividades da economia brasileira entre o 1º quadrimestre de 2023 e o 1º quadrimestre de 2025

Total, setores e subsetores	1º quadrimestre de 2023	1º quadrimestre de 2025	Variação
Total	16,4	17,8	8,7%
Agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	22,6	22,1	-2,5%
Indústria geral	13,1	14,5	10,4%
Indústrias extrativas	7,3	7,7	5,0%
Indústrias de transformação	13,6	15,0	10,0%
Eletricidade e gás	5,0	4,7	-4,9%
Água, esgoto e gestão de resíduos	10,4	13,0	25,8%
Construção	25,2	26,2	3,8%
Comércio e reparação de veículos	17,8	19,7	10,7%
Serviços	15,4	16,9	9,4%
Transporte, armazenagem e correio	14,1	15,8	12,1%
Alojamento e alimentação	22,7	24,4	7,3%
Informação e comunicação	12,5	12,7	2,1%
Atividades financeiras e de seguros	7,3	7,5	2,5%
Atividades imobiliárias	14,7	14,6	-0,8%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	17,0	18,2	7,0%
Atividades administrativas e serviços complementares	22,0	24,6	11,5%
Administração pública e seguridade social	3,3	2,7	-18,3%
Educação	10,9	11,6	6,5%
Saúde humana e serviços sociais	11,1	11,9	7,1%
Serviços domésticos	33,7	32,3	-4,2%
Artes, cultura, esporte e recreação	16,0	17,5	9,2%
Outras atividades de serviços	12,5	13,0	4,0%
Organismos internacionais	7,8	6,8	-12,2%

Elaborado com dados do Novo Caged / Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), abril de 2025.

A tabela 2 mostra crescimento de 5,0% no total de trabalhadores ocupados entre o 1º quadrimestre de 2023 e o 1º quadrimestre de 2025. Já o total de trabalhadores informais, no mesmo período, aumentou 3,3%, sendo que os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada tiveram variação positiva maior, de 6,2%, assim como os empregadores sem CNPJ, que cresceram 10,0%.

Em números absolutos, o total de ocupados cresceu em 4,9 milhões de pessoas, sendo que 1,2 milhão desse total correspondeu a trabalhadores informais - o equivalente a 24,6%. Ou seja, a cada quatro empregos criados no período, um foi informal.

Tabela 2 – Evolução dos ocupados e dos informais na economia brasileira entre o 1º quadrimestre de 2023 e o 1º quadrimestre de 2025

Descrição	1º quad. 2023 (em 1000)	1º quad. 2025 (em 1000)	Variação percentual	Variação absoluta (em 1000)	Participação dos informais no total dos ocupados
Total geral de ocupados	97.928	102.870	5,0%	4.942	-
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	12.766	13.559	6,2%	794	16,1%
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	4.198	4.332	3,2%	135	2,7%
Empregador sem CNPJ	748	823	10,0%	75	1,5%
Conta própria sem CNPJ	18.886	19.099	1,1%	214	4,3%
Total de trabalhadores informais	36.597	37.813	3,3%	1.217	24,6%

Elaborado com dados da PNAD Contínua / IBGE, extraídos do Sidra.

Considerações finais

Entre o 1º quadrimestre de 2023 e o 1º quadrimestre de 2025, a rotatividade da mão de obra formal no Brasil aumentou 8,7%, revelando um mercado de trabalho marcado por maior fluidez nas contratações e desligamentos. No mesmo período, o total de pessoas empregadas cresceu 5,0%, enquanto o contingente de trabalhadores informais teve expansão de 3,3%.

Apesar do crescimento proporcionalmente menor, os trabalhadores informais representaram 25% do total de empregos gerados em 2025, o que confirma a relevância estrutural da informalidade no mercado laboral brasileiro.

A elevação da rotatividade está associada, em grande parte, ao peso da informalidade. Vínculos informais, por não estarem submetidos a garantias legais como aviso prévio e FGTS, por exemplo, tendem a ser mais instáveis, favorecendo ciclos curtos de emprego e aumentando o vaivém na força de trabalho.

Esse padrão de informalidade persistente e alta rotatividade impõe desafios ao desenvolvimento do país. Seus efeitos negativos se manifestam sobre a qualidade do emprego, na limitação do ganho de produtividade, na perda de arrecadação previdenciária e no aprofundamento da vulnerabilidade social.

Frente a esse cenário, torna-se necessário avançar em políticas públicas capazes de enfrentar esses dois problemas. Isso inclui iniciativas que incentivem a formalização do trabalho, como a simplificação de obrigações para micro e pequenas empresas, a revisão de dispositivos legais que desestimulem contratações formais e a redução do custo do trabalho – especialmente via desoneração da folha salarial. É preciso promover uma agenda que combine dinamismo econômico com inclusão produtiva de qualidade, fortalecendo o mercado de trabalho como instrumento de geração de renda, proteção social e mobilidade.

